

Coerência.pt

NOTÍCIAS

FEVEREIRO-ABRIL 2017 :: 02

AÇÃO DE ADVOCACIA PELA COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A equipa coerência.pt assinalou a visita da Comissária europeia Cecilia Malmström, responsável pela pasta do Comércio, a Lisboa, no dia 23 de março de 2017, com uma ação de advocacia/sensibilização dirigida aos deputados/as à Assembleia da República, membros das comissões parlamentares de Assuntos Europeus; das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e de Economia, Inovação e Obras Públicas. O texto que se segue foi enviado para todos os deputados/as que fazem parte das comissões acima referidas:

“Exmos. Senhores/as Deputados/as

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento é um elemento fundamental para a concretização da nova agenda de desenvolvimento sustentável. De facto, ao assegurarmos a coerência das políticas para promover o desenvolvimento, e integrar os objetivos do desenvolvimento em todas as políticas que possam afetar os países em desenvolvimento estamos efetivamente a contribuir para a erradicação da pobreza e gerar sinergias entre diferentes políticas.

No entanto, não obstante de estar consagrada nos principais documentos internacionais, e também nacionais, temos ainda um longo caminho a percorrer em matéria de CPD. A audição na Assembleia da República com os membros da Comissão de Assuntos Europeus e das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e de Economia, Inovação e Obras Públicas, da Comissária europeia Cecilia Malmström, responsável pela pasta do Comércio é uma excelente oportunidade para questionar a Comissária sobre o papel do Comércio na promoção da Justiça Social. A UE e os seus Estados-Membros, no seu conjunto, continuam a ser o mais importante doador de ajuda ao comércio a nível mundial (11,7 mil milhões de EUR em 2013). Esta ajuda ao comércio concedida pela UE deve igualmente ter como objetivo capacitar os produtores pobres, as cooperativas e as pequenas e médias empresas, facilitar a diversificação dos mercados nacionais, reforçar a igualdade de direitos das mulheres, aprofundar a integração regional e reduzir a desigualdade de rendimentos

A Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de junho de 2016, sobre o Relatório da UE de 2015 sobre a coerência das políticas para o desenvolvimento (2015/2317(INI)) recorda “que a liberalização do comércio não é, em si, benéfica para a erradicação da pobreza, visto que pode ter um impacto negativo no desenvolvimento sustentável”

Os objetivos da CPD só serão alcançáveis se a política comercial da UE tiver em conta as realidades e a situação dos países em desenvolvimento em matéria de desenvolvimento, bem como o direito de estes países aplicarem as suas próprias estratégias de desenvolvimento. É fundamental garantir que os acordos de comércio e investimento celebrados pela UE e pelos seus Estados-Membros não devem prejudicar, de forma direta ou indireta, os objetivos de desenvolvimento nem a promoção e a proteção dos direitos humanos em países parceiros.

Porque o Desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada, a equipa do projeto coerência.pt acredita que o seu apoio, senhor/a Deputado/a neste processo é indispensável para promover uma verdadeira política de Desenvolvimento Sustentável Global.

Acreditamos que a advocacia pode garantir a promoção das questões do Desenvolvimento na Assembleia da República e sensibilizar os decisores políticos a adotarem legislação mais coerente.



PROMOTORES



FINANCIAMENTO



FICHA TÉCNICA

Equipa:: FEC - www.fecong.org (Ana Patrícia Fonseca e Margarida Alvim) :: IMVF - www.imvf.org (Ana Isabel castanheira e Mónica Santos Silva) :: CIDSE - www.cidse.org/

Financiador :: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua - www.instituto-camoes.pt

responsabilidade do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições do financiador

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve também ler-se “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de

MINERAIS DE CONFLITO: UMA OPORTUNIDADE PERDIDA

O Parlamento Europeu aprovou dia 16 de março de 2017 novas regras para dificultar o financiamento de grupos armados e de violadores dos direitos humanos em zonas de conflito através do comércio de minerais. O novo regulamento, mediado pela Comissão, estabelece o dever de diligência obrigatório para os importadores europeus de estanho, tântalo, tungsténio e ouro.

À semelhança do [Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência](#) o sistema da UE cobre todas as zonas de conflito e de alto risco, como a Região dos Grandes Lagos Africanos.

Para a UE trata-se de contributo da UE para os esforços internacionais no sentido de impedir que os lucros do comércio de minerais sejam utilizados para financiar conflitos armados em países ricos em recursos e para promover um aprovisionamento responsável destes minerais por parte das empresas e favorecer canais legítimos de comércio.

A importância destes minerais num mundo cada vez mais digital, e numa União empenhada cada vez mais num aprofundamento digital é cada vez mais significativa. Estes minerais são utilizados, por exemplo, nas indústrias automóvel, de construção e eletrónica, estando presentes em vários produtos, como os telemóveis.

As autoridades de cada Estado-Membro serão responsáveis pela realização de controlos para garantir que os importadores cumprem as suas obrigações, sendo que as regras relativas ao dever de diligência dos importadores europeus serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2021.

Mas é no detalhe do regulamento que está uma das nossas preocupações, uma vez que as grandes empresas que não importem diretamente das zonas de conflito, mas que utilizem estanho, tântalo, tungsténio e ouro no fabrico dos seus produtos, são apenas “encorajadas a apresentar, de forma voluntária, um relatório anual sobre as medidas de diligência que tenham posto em prática.”

Leia a notícia completa clicando [aqui](#)

LINHA VERDE



a um clique de distância

cpdesenvolvimento.pt@gmail.com

MIGRAÇÕES E (IN)COERÊNCIA NA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA UE

Se há hoje uma questão que constitui um verdadeiro “sismógrafo político” do estado em que se encontra a União Europeia, ela é – mais do que o Brexit ou a crise financeira – a questão da governabilidade das migrações. Por levantar questões muito sensíveis de identidade, de cultura e de pertença, este é um tema particularmente sujeito a oscilações ideológicas que muito têm marcado a coerência da resposta política europeia. E a Europa revelou, nesta resposta, um mapa de desigualdades e fraturas que pensávamos terem desaparecido tantos anos depois do Tratado de Roma.

Leia mais sobre Migrações e (in)coerência na política para o desenvolvimento da UE [aqui](#)

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO: CELEBRAMOS?

A importância destes minerais num mundo cada vez mais O Mundo cada vez nos parece mais desigual, com mais desafios e com situações preocupantes de segurança alimentar, de migrações, de conflitos. No entanto, os últimos dados da UE revelam que a própria UE e os seus Estados-Membros consolidaram o seu lugar como maior doador mundial de ajuda em 2016, com 75,5 mil milhões de euros. As estatísticas de 2016 apontam para um crescimento de 8,9%, mas pelo menos 1,8% desse aumento ficou no país doador, dizendo respeito aos custos dos países mais ricos com refugiados. Os dados provisórios por país (https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/oda-report-annexes-to-memo_en.pdf) mostram o quão longe a UE a 28 está de atingir os 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) em Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal registou um ligeiríssimo aumento, mas ainda longe, muito longe do desejável. Mas estará de facto a UE e os seus Estados-membros a fazer uma utilização coerentes dos recursos disponibilizados? Estão os critérios da Ajuda Pública ao Desenvolvimento a ser cumpridos e alinhados às prioridades de Desenvolvimento? Saiba mais [aqui](#)